

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS “SOBRE” O GAÚCHO: um desafio social no discurso da história e da literatura

Verli Petri *

Resumé: Cet article présente quelques aspects à propos de la formation identitaire du gaúcho et notre point de vue révèle une perspective linguistique-discursive, culturel, historique et littéraire, en visant de comprendre la constitution des images de gaúcho. Au début, nous proposons de revisiter des questions déjà travaillées dans thèse de doctorat, mais les réflexions ont avancées et maintenant nous présentons des exemples des oeuvres littéraires: *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, e *Porteira Fechada*, de *Cyro Martins*. De la thèse, on a fait quelques repères pour expliciter les possibilités de fonctionnement des désignations de “gaúcho”, parce que elles sont responsables par les images de *gaúcho* qu’on a dans cet espace discursif. Notre point de vue met en cause des processus de production des sens – comme défis social dans les discours de l’histoire et de la littérature – que les désignations peuvent déclencher, donc elles émergent par le discours sur le gaúcho, en révélant des indices de discours de, soit par la paraphrase, soit par la métaphore.

Mots-clé: Production de sens, Désignation, Discours, Gaucho, Social.

Resumo: Este artigo apresenta alguns aspectos pertinentes à formação identitária do gaúcho, a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, levando-se em conta elementos culturais, históricos e literários que constituem imagens de gaúcho. Inicialmente propomos revisitar questões já apresentadas em tese de doutoramento, as reflexões avançaram e traremos exemplos extraídos, especialmente, das seguintes obras literárias: *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, e *Porteira Fechada*, de *Cyro Martins*. Da tese, recuperamos, para este trabalho, as possibilidades de funcionamento das designações de “gaúcho”, considerando-as como construtoras da imagem do gaúcho no espaço discursivo estudado. Nosso recorte privilegia os processos de produção de sentidos - compreendidos como um desafio social no discurso da história e da literatura - que as designações podem desencadear, posto que emergem pelo discurso sobre o gaúcho, revelando indícios de discursos de, seja via paráfrase, seja via metáfora.

Palavras-chave: Produção de sentidos, Designação, Discurso, Gaúcho, Social.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva discutir alguns aspectos pertinentes à formação identitária do gaúcho, tal como ela vem sendo representada linguisticamente e discursivamente, levando-se em conta elementos culturais, históricos e literários que constituem imagens de gaúcho. Em nossa tese de doutoramento¹ tratamos desta temática e enfatizamos, especialmente, as seguintes obras literárias: *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, e *Porteira Fechada*, de *Cyro Martins*. Das reflexões propostas na tese, recuperamos, para este trabalho, as possibilidades de funcionamento das designações que apresentam o gaúcho, pois elas permeiam toda a

* Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

¹ UFRGS, 2004.

narrativa literária gauchesca e aparecem como construtoras da imagem do gaúcho nesse espaço discursivo. No presente momento, nosso recorte privilegia os processos de produção de sentidos que as *designações* podem desencadear, posto que emergem pelo *discurso sobre* o gaúcho, revelando indícios de *discursos de*, seja via paráfrase, seja via metáfora.

Deteremo-nos, então, na tentativa de compreensão desses funcionamentos, explicitando processos de produção dos efeitos de sentidos evidentes no discurso literário “sobre” o gaúcho e observando a presença das reiterações e/ou das transformações reveladas via designações. A partir desta explicitação, faz-se necessário considerar que as designações precisam ser postas “em relação a”² para de fato significarem, extrapolando a ordem do linguisticamente estabilizado. É a partir dessa premissa que nos dedicamos à observação do funcionamento da paráfrase e da metáfora no espaço discursivo literário que revelam imagens de gaúcho.

Em trabalhos anteriores³, citados no decorrer do texto, já verificamos que não há um sujeito gaúcho que se subjetiva no discurso literário que é um *discurso sobre* e não um *discurso de*. No *discurso sobre* emergem apenas as representações daquele que escreve sobre o gaúcho, daquele que ouve os “rumores” do que é social e constrói uma narrativa capaz de produzir “efeitos de real”, como é o caso da representação das formas de subjetivação do gaúcho que, em determinados momentos, parece ganhar a palavra (ter voz!!!), mas isso não passa de uma ilusão, pois ele é sempre falado pelo “outro”, seja na reiteração, seja na transformação de sentidos, observáveis nas relações entre paráfrase e metáfora. Esta é nossa abordagem e temos a Análise de Discurso (AD) pecheutiana como ancoragem teórico-metodológica.

1 AVENTURA TEÓRICA E RISCOS METODOLÓGICOS

Eleger o discurso literário como objeto de estudo, da perspectiva da AD, significa aventurar-se por caminhos ainda incertos e assumir os riscos de se trabalhar com um objeto discursivo produzido como ficção. Há uma linha tênue que “separaria” uma suposta realidade social e um mundo ficcional, acompanhar esta linha implica estar prestes a cair nas “armadilhas” do que é ficcional. Para escaparmos disso, optamos metodologicamente por tratar de representações⁴ que são identificáveis no interior das obras analisadas, assim, acreditamos respeitar a especificidade desse discurso, bem como escapar da ilusão ficcional que permeia o espaço literário.

O discurso literário é tomado, neste caso, como um *discurso sobre* o gaúcho: é do lugar do outro, impreterivelmente, que se fala desse sujeito que se identifica mais ou menos com a Formação Discursiva (FD) que denominamos “gaúcha”. Esta FD funciona como dominante, muito embora plena em heterogeneidades. A problemática da identificação do sujeito com a FD gaúcha perpassa nossa reflexão porque aparece de modo bastante singular no interior das obras literárias em questão. Em Petri (2008) já foi bem explorada essa problemática que pode ser assim resumida: há a presença do “eu”, em determinado momento sócio-histórico, tal como é representado no discurso em questão; e do “ele”, em um momento diferente, o que nos intrigou e nos conduziu a refletir sobre as possibilidades de mobilização da noção de sujeito, própria da AD, para a explicitação dessa representação das formas de subjetivação do gaúcho no discurso da narrativa literária considerada.

² Cf. Petri, 2009.

³ Cf. Petri, 2004; 2008.

⁴ A noção de “representação” é mobilizada neste trabalho para explicitar as especificidades do discurso literário em relação aos outros discursos.

Em se tratando de representação, produção de “efeitos de real” ou de “efeitos de semelhança”, fez-se necessário promover um deslocamento, sob o ponto de vista metodológico, o que propiciou a tomada do aparato teórico da AD como algo que penetra na “simulação” proposta pelo escritor. Isso se deve ao fato de que consideramos a função discursiva de sujeito como aquela que faz dele (o escritor) está também inserida em um contexto imaginário e sócio-histórico, inserindo-o em uma dada representação de FD gaúcha, concebida como heterogênea e dotada de fronteiras móveis, passível de análise enquanto determinante dos processos de produção de sentidos, que serão “estes” e não outros. Essa foi nossa opção teórico-metodológica, enquanto uma das possibilidades de se adentrar, desconstruir e compreender como se constrói a imagem de gaúcho presente no discurso da narrativa literária em questão.

Posto isso, podemos avançar na reflexão acerca dos processos de produção de sentidos reveladores de imagens de sujeito gaúcho, tendo em vista que estamos tratando de algo multifacetado e propondo a desconstrução da evidência de que se teria uma única e completa imagem de gaúcho presente na forma do texto literário de cunho regionalista, pois é via discurso que podemos analisá-la como dispersa e fragmentada. Isso pode ser observado a partir do funcionamento da noção de designação.

Guimarães (1995) traz a noção de designação para o campo enunciativo e discursivista estabelecendo relações entre “diferença e identidade”, onde é preciso “distinguir o modo pelo qual uma expressão (um nome próprio) designa algo (seu sentido) do objeto designado (sua referência)” (p. 27), explicitando uma perspectiva em detrimento de tantas outras possíveis. Para Guimarães, “tratar a linguagem é, assim, buscar o mesmo nas múltiplas formas. A forma é, então, uma aparência” (p. 28), não tendo compromisso algum com uma “verdade” qualquer⁵.

Para esse autor, “o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem” (p. 74), e, para nós, essa “produção” dá-se primeiro na instância do *discurso de* e, depois, em um segundo momento, pelo discurso sobre. Tal processo de produção não se realiza de forma linear, trata-se da constituição do objeto por uma “relação de discursos”, na qual a materialidade do objeto dá-se através do confronto desses discursos. Esse ponto de vista nos interessa, porque ele trata a designação como algo que mantém uma relação instável entre o objeto e a linguagem, já que ela se realiza em um lugar de “cruzamentos de discursos”, onde memória e atualidade se encontram, no interdiscurso. Esse encontro pode resultar em um “acontecimento discursivo” (cf. Pêcheux, 1997) ou em um “acontecimento enunciativo” (cf. Indursky, 2002), enquanto diferentes modos de emergência de diferentes sentidos no interior do mesmo.

É por estar previsto esse cruzamento de discursos que podemos observar a presença do diferente no interior do mesmo, em uma alternância de efeitos de sentido determinada pela FD que funciona como dominante no momento em que se efetua a designação. Dessa forma, a designação vai receber um sentido em um determinado momento, em uma dada FD e, ao mesmo tempo, vai estar silenciando outros sentidos possíveis. Para Guimarães, o processo de designação serve para designar e para não designar, pois uma designação instala-se “num lugar de estabilidade referencial e produz um sentido pelo apagamento de outros” (p. 75), o que pode produzir um rompimento com as fronteiras da FD dominante ou um (re)aparecimento de outro sentido no interior desta FD. Tais reflexões vêm corroborar com o que apontamos como possibilidade: o retorno, a irrupção de designações próprias ao discurso de no bojo do discurso sobre que já teria naturalizado algumas designações e alguns sentidos como possíveis e apagado todos os outros. Observando o discurso, a partir dessa perspectiva,

⁵ Cf. Petri, 2005.

deparamo-nos com o *discurso de* como aquele que instaura a instabilidade no interior do que está dado como estável, “organizado” na instância do *discurso sobre*, promovendo o movimento no espaço designatório de “gaúcho”, o que pode ocorrer de um extremo ao outro: do pacífico assujeitamento à resistência do sujeito.

Guimarães (2000) apresenta a noção de designação como um processo de significação instável, enquanto remetendo-o à identificação e não à classificação, considerando que a designação deve produzir a unicidade e a inequivocidade do referente, pelo menos no tocante a um determinado universo discursivo. Isso nos leva a compreender que a incompletude é própria dos processos de produção de sentidos, mas nem por isso todas as designações ou todos os sentidos são possíveis. A univocidade é um efeito de sentido necessário, que não destitui do processo de designação a característica de produtor de sentidos diversos, pois uma análise discursiva das designações é capaz de explicitar o que é da ordem do repetível e o que é da ordem da polissemia. Consideramos designar é nomear e o nomear assim e não de outro modo nos remete às relações entre o dito e o não-dito, ao que pode e ao que não pode e nem deve ser dito, isso está sendo regulado pela FD que funciona como dominante. De fato, a constituição do efeito de sentido vai ter seu funcionamento garantido pela FD e pela posição-sujeito assumida por aquele que enuncia naquele momento sócio-histórico.

Para Guimarães (s.d.), o que promove o funcionamento das designações é o interdiscurso, enquanto memória, e não um referente específico que relaciona a palavra à coisa. Concordamos plenamente com essa afirmação de Guimarães, porque nossa reflexão sobre o funcionamento parafrástico das designações leva em conta que o referente existe, mas não o toma como um ponto de partida que tem seu sentido bem controlado, um sentido “literal” do qual derivem outras designações e outros sentidos. Trazendo as considerações de Guimarães para o âmbito da AD, podemos dizer que a existência do referente está ligada a um funcionamento bem específico a partir do qual se funda um lugar onde se produz um efeito de sentido marcado pela possibilidade de sinonímia ou de substituição ou até de transformação (metáfora). Assim, as relações (de coexistência, de interdição, de interdependência, etc.) que se estabelecem entre as designações é que desencadeiam os processos de significação no discurso. Não há, portanto, uma relação direta entre o referente e o nome, de forma completa, total, homogênea e estabilizada, porque esta relação é da ordem do movimento.

2 A PRODUÇÃO DE SENTIDOS: um desafio constante

Ao considerarmos o processo de constituição de imagens de gaúcho no discurso literário como uma forma de reinvenção do imaginário sobre o gaúcho, estamos também considerando que essas imagens são representadas enquanto posições-sujeito que se relacionam com a forma-sujeito gaúcho imaginariamente instituída, o que nos leva a constatar que não há uma imagem única de gaúcho nesse ou naquele discurso. Assim, faz-se necessário trabalharmos com a construção de diferentes representações de gaúcho que correspondem à produção de simulacros e que estão diretamente ligadas às diferentes representações de Condições de Produção (CP), a partir das quais se constituem os efeitos de sentidos evidentes, tanto no mundo social quanto no mundo ficcional, reinventando incansavelmente o imaginário social sobre o gaúcho.

De fato, é sob determinadas representações de condições de produção (e não outras) que se sobressaem tais formas de se designar o gaúcho em detrimento de outras possíveis, em num movimento que se produz pela memória, o que faz lembrar alguns sentidos e esquecer outros, o que reitera ou desloca efeitos de sentidos dados como evidentes. Importa destacar que, quando estamos trabalhando com a noção de memória

em AD, compreendemos que não há uma pré-seleção de elementos, havendo, nesse caso, a interferência tanto do domínio social (condições de produção e ideologia) quanto do domínio do sujeito (inconsciente e imaginário).

Nosso objetivo, nesse momento, é explicitar como, ao modificarem-se as representações de condições de produção, os saberes que constituíam uma gama de designações próprias ao gaúcho ganham um outro funcionamento, reconfiguram-se no interior da FD dominante, tal como é representada no discurso literário em questão. Ao estabelecermos as necessárias relações entre o discurso histórico e o discurso literário gauchesco em análise, constatamos que:

- a) alguns saberes desaparecem (temporariamente), existindo de forma latente no domínio do interdiscurso, como é o caso, por exemplo, das designações de cunho pejorativo: “contrabandista”⁶ e/ou “saqueador”;
- b) outros saberes permanecem presentes, mas produzem outros efeitos de sentido, pois estão sob o atravessamento de saberes advindos de outras FDs (que funcionam como não dominantes, secundárias), como é o caso, por exemplo, da designação “rio-grandense” e/ou “gaúcho” que, embora, historicamente representassem duas classes sociais diferentes, posteriormente passaram a configurar uma relação quase sinonímica;
- c) outros saberes, ainda, permanecem carregando os mesmos sentidos, cristalizando alguns em detrimento de outros. Embora isso não ocorra de forma completa e total, podemos perceber a ocorrência no caso da designação “centauro” que representa a figura mítica do homem unido ao cavalo e que revela na figura do “centauro dos pampas”, a reiteração de sentidos advindos da mitologia grega e os deslizamentos de sentido produzidos pelos elementos que lhe são constitutivos, tais como: as condições de produção, as formações imaginárias, etc. Há um referente que permanece, subsistindo a uma série de deslizamentos e até mesmo ao processo de desmitificação, seja no âmbito histórico seja no âmbito ficcional;
- d) e existem, também, as designações que podemos considerar “novas”, porque trazem à tona saberes que antes eram interditados no interior da FD gaúcha. Nesse caso, enunciativamente⁷, elas representam o novo, mas discursivamente, já eram pré-existentes em nível de interdiscurso, passando a funcionar a partir das modificações que as condições de produção promoveram no interior da FD dominante. Exemplo disso é o caso da designação “gaúcho de a pé”, que é produzida em contraponto à designação “centauro”, em um espaço discursivo (e imaginário) em que é permitido enunciar a imagem de sujeito gaúcho já destituída de sua parte equina. Se antes só era concebível a imagem do mito centáureo de gaúcho no discurso literário, nesse segundo momento (que estamos marcando como tal), é esfacelada a imagem do centauro e o gaúcho perde sua parte cavalar, abrindo espaço para a aparição de imagens antes interditadas como é o caso do gaúcho de a pé. O “gaúcho de a pé”, representado na figura de Guedes⁸, não significa a fundação de novos sentidos, pois ele sempre existiu; nem a

⁶ Em *Contos Gauchescos*, de J.S.L.N., aparecem reminiscências dessa designação como uma categoria de sujeito em extinção, pois no conto *O Contrabandista* o protagonista é morto por forças policiais governamentais.

⁷ Aqui, estamos fazendo referência à noção de acontecimento enunciativo (Indursky, 2002).

⁸ Personagem central de *Porteira Fechada*, de Cyro Martins.

inauguração de uma nova fase imaginária, mas representa a possibilidade (que é nova) de materialização discursiva e enunciativa de um saber que antes era interdito. A imagem dominante e mais veiculada pelo discurso sobre o gaúcho era a do Centauro dos Pampas, não havendo lugar para disposições em contrário, sobretudo no tocante ao discurso literário.

A noção de Condições de Produção (CP) é crucial, portanto, para nossa discussão, porque podemos observar que, conforme as CP se alteram (historicamente) no mundo social, elas vão sendo reinventadas também no mundo ficcional. Assim, as alterações das CP são representadas como modificadoras do modo de apresentação de saberes da FD gaúcha, pois a partir de determinadas CP alguns sentidos são autorizados e outros interditos, o que vai se modificando incessantemente e produzindo outras representações de gaúcho no interior do discurso literário. Assim, mesmo que estejamos compreendendo os discursos mitológico, histórico e literário como integrantes do *discurso sobre*, é possível observar os diferentes modos de emergência de elementos próprios ao *discurso de*. A alternância das designações pode ser um exemplo interessante, se consideradas em relação às condições de produção de cada discurso e isso emerge não apenas por palavras ou enunciados linguisticamente marcados, mas também por práticas sociais. O que ilustra esta reflexão, por excelência, é a presença do cavalo na constituição (imaginária) do sujeito gaúcho, ora o cavalo é seu, ora não é; ora o cavalo representa a liberdade, ora representa o assujeitamento; enfim, a discursividade está inscrita em práticas e isso não pode ser negligenciado.

Temos, portanto, representações de sujeito gaúcho, dentre as quais destacamos a representação mitológica e a não-mitológica, considerando que há deslizamentos de sentidos, influenciados pelo social. Os ruídos sociais, apreendidos pelo discurso literário, promovem re-acomodações das representações de sujeito, modificando os efeitos de sentidos que vão desde o “gaúcho centáureo” até o “gaúcho de a pé”, mesmo que isso se realize pela simulação promovida pela especificidade do discurso literário, que permite a vazão de alguns sentidos em um determinado momento e a interdição de outros. Assim, é possível percebermos que a FD gaúcha é representada no discurso literário em questão como heterogênea, comportando o mesmo e o diferente, onde emergem representações diversas de sujeito gaúcho. Há, ainda, que se considerar a interferência das representações de saberes de outras FDs que funcionam como secundárias (advindas do domínio do interdiscurso) que vêm a constituir a gama de saberes dessa representação de FD dominante (heterogênea), pela forma do atravessamento. Nesse caso, as representações de CP também têm importante papel a cumprir, pois os saberes advindos de outras FDs dependem das CP para funcionarem de uma forma e não de outra no interior da FD dominante. Exemplo disso pode ser observado no caso do atravessamento de saberes advindos da FD militar, que aparece, no discurso literário em questão, representada como uma FD secundária, na constituição da representação literária de FD gaúcha (tomada, em nossos estudos, como dominante). Isso pode ser observado na representação própria do discurso histórico e no “cruzamento de discursos” (o histórico e o ficcional) que se evidencia no discurso literário em questão, conforme segue:

- 1) em tempos de guerras e revoluções que envolviam a demarcação das fronteiras⁹, os saberes da FD militar atravessam a FD gaúcha, tal como elas são representadas no discurso histórico, no sentido de força que tenta

⁹ Cf. Revolução Farroupilha, enquanto tentativa de delimitação de fronteiras internas, e a Guerra do Paraguai, enquanto tentativa de delimitação de fronteiras externas.

reprimir a efetivação dos caracteres pejorativos do gaúcho (contrabandista, saqueador, etc.), funcionando enquanto Aparelho Ideológico de Estado na busca de disciplinarização e modificação da conduta dos sujeitos, produzindo efeitos de sentidos na história deste grupo social. No cruzamento de discursos, produzido pelo trabalho do discurso ficcional, vamos encontrar a representação da FD gaúcha (dominante) revelando a presença de saberes provenientes da FD militar (secundária), funcionando como responsável pela transformação do *bárbaro gaúcho* em *exímio soldado*. É no cruzamento de discursos que deslizam os sentidos, construindo e reconstruindo imagens de gaúcho. Muito embora a representação de FD militar continue funcionando como secundária no âmbito da representação literária de FD gaúcha, ela contribui de modo contundente para a instituição do simulacro de gaúcho herói de guerras e revoluções que conhecemos atualmente, via literatura;

2) feito o recrutamento desse gaúcho para lutar nas guerras e revoluções já mencionadas, os saberes da FD militar atravessam a representação histórica de FD gaúcha no sentido de utilizarem *a força física do gaúcho guerreiro*, fornecendo-lhe, em contrapartida, *o estatuto de soldado*. Esse funcionamento se efetiva muito bem no cruzamento de discursos, porque consegue apagar (pela forma do esquecimento) os caracteres pejorativos do gaúcho e consegue instituir (pela forma da memória) o comportamento de cavaleiro guerreiro, próprio do simulacro. As fronteiras da representação literária de FD gaúcha, portanto, são flexíveis, cabendo em seu interior saberes-outros, advindos do interdiscurso. Não temos garantias reais ou históricas de que o gaúcho bandido transformou-se de fato e de direito em um exímio soldado, mas temos representações de gaúchos que habitam nosso imaginário e, é a partir do trabalho da memória e do discurso literário, que é produzido em torno desse imaginário de gaúcho, que somos conduzidos a esquecer e a lembrar, conforme convier à formação imaginária na qual nos inserimos. No cruzamento de discursos, produzido pelo discurso literário em análise, deparamo-nos com o simulacro de herói gaúcho, representado na personagem Blau Nunes¹⁰, que revela a tomada de posição do sujeito que luta junto aos militares, *acreditando-se centauro*, acreditando ser um deles, *acreditando-se herói*.

3) Já em tempos de paz (no século XX), os saberes da FD militar atravessam a representação histórica de FD gaúcha no sentido de tentar recuperar os elementos de coerção, que lhe eram impressos no princípio, e voltam a significar Aparelhos Ideológicos (Repressores) do Estado, reprimindo ações do gaúcho, representado nesse momento como mais revoltado com sua condição financeira. No cruzamento de discursos, promovido pelo discurso literário, começa a aparecer a imagem do anti-herói, ficcionalmente constituído, que vê no aparelho repressor uma válvula de escape para sua situação de miséria. Estamos falando do simulacro de gaúcho representado na figura de Guedes, que faz emergir no discurso literário a representação de uma posição-sujeito advinda do mundo social. Guedes, então, é o simulacro de uma posição-sujeito inscrita na FD gaúcha, que funciona no mundo social como dominante. Nela é que se representa ficcionalmente o sujeito gaúcho que, sob representações de CP adversas,

¹⁰ Personagem central das narrativas agrupadas em *Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto.

deixa-se dominar pela força militar, tal como o *herói* de outros tempos deixava, mas sob CP adversas, a relação desse sujeito com as formações ideológicas dominantes é diferente. Ele não luta junto aos militares, ele está sob o jugo dos militares. A prisão de Guedes vem representar a emergência de sentidos até então interditados no interior da representação literária da FD gaúcha; trata-se da admissão de sentidos contraditórios que sempre coexistiram, pois não é apenas no século XX que gaúchos são presos e humilhados por militares, mas é só nesse momento que isso passa a ser representado no discurso literário. Então, pode-se identificar que a literatura admite a imagem de gaúcho desvinculada da imagem do centauro perfeito, do mito, abrindo espaço para o não-mito, enquanto constitutivo da representação de uma forma-sujeito gaúcha que admite diferentes posições-sujeito em seu interior. As práticas sociais são outras, os discursos sobre essas práticas também são outros. Nesse espaço discursivo, identificamos duas designações que denunciam a contradição instaurada no interior mesmo da imagem do “gaúcho”, sendo que às vezes uma vai significar mesmo o revés da outra: de um lado o “centauro”, de outro o “gaúcho de a pé”.

De fato, o funcionamento de saberes da FD militar no interior de outra FD não é algo raro, até porque ela representa a intervenção de um Aparelho Ideológico de Estado que se instituiu na sociedade civilizada capitalista como mantenedor de uma suposta “ordem”. O que ocorre com a representação literária da FD gaúcha é especial, pelo menos, por dois motivos: primeiro, porque estamos tratando de um espaço discursivo ficcional que promove deslocamentos de sentidos sobre a FD gaúcha que funciona no mundo social e, segundo, porque estamos tratando da representação de gaúcho veiculada pelo discurso literário, de onde emerge uma outra forma de organização social, onde as regras militares dos homens civilizados não produzem nem o mesmo sentido nem têm o mesmo valor. Assim, o elemento ideológico destaca-se como determinante de sentidos e nos remete a processos discursivos anteriores que emergiram sob condições de produção diferentes. Mesmo que tais saberes deixem de funcionar no interior de uma determinada FD, o seu lugar de funcionamento fica marcado, porque eles abriram espaço para novas tomadas de posição, o que poderá ser observado em processos discursivos dispersos no tempo e no espaço, onde emergem reiterações de determinados sentidos e apagamentos de outros, assim como ocorrem algumas transformações que se dão em relação ao que veio antes e ecoa pelo funcionamento da memória.

Tais observações nos remetem à reflexão sobre as noções de *discurso sobre* e de *discurso de*, pois se, por um lado, o *discurso sobre* organiza os *discursos de*, produzindo os efeitos de homogeneização e de naturalização dos sentidos; por outro lado, percebemos que não há uma garantia de que elementos (designações, descrições, práticas sociais, etc.) provenientes do *discurso de* estejam apagados definitivamente em prol da manutenção dos efeitos de sentidos produzidos no e pelo *discurso sobre*.

A noção de *discurso sobre* proposta por Orlandi (1990, p. 37) é a de que ele funciona como “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. (...) o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de)”, caracterizando-se então como lugar próprio para o funcionamento da polifonia. Muito do que conhecemos hoje sobre o gaúcho, versões históricas que se instituíram como tais agrupando e reorganizando *discursos de*, efetivam-se e funcionam na forma do *discurso sobre*, o que já representa um gesto de interpretação do “outro” sobre o

gaúcho. O *discurso sobre* tem ainda características próprias de um discurso que produz efeitos de sentidos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que ele funciona na recuperação de uma memória (organizando elementos próprios do *discurso de*), ele corre o risco de reduzir essa memória a um acúmulo de informações sobre o passado. Se, por um lado, o *discurso sobre* o gaúcho atesta sua fundação; por outro, se estabelece como um lugar de interpretação, pois o *discurso sobre* já constitui um gesto de interpretação sobre o que representa ser gaúcho em um determinado momento sócio-histórico. Na verdade, a modalidade de *discurso sobre* trabalha sobre si mesma, tentando dissimular a relação de tensão, que é irrevogável e que se estabelece entre os *discursos de* e o *discurso sobre*. Tanto o discurso da história como o da literatura funcionam sob a égide do *discurso sobre*. Portanto, esse *discurso sobre* o gaúcho é que recupera elementos do *discurso de* (gaúchos que habitaram a área rural do pampa, com práticas sociais bem específicas), que não ficaram registrados na forma escrita, por exemplo. Muito embora saibamos que essa recuperação, a qual temos acesso, é lacunar e está inscrita em um lugar ideológico e sociocultural reconhecidamente diferente (urbano, civilizado e até estrangeiro), tais circunstâncias não tiram o mérito do *discurso sobre*, considerando que ele é o testemunho mais fiel ao qual podemos ter acesso atualmente, quando queremos circunscrever nosso objeto de análise.

Sob a égide do *discurso sobre*, então, é possível reunir uma diversidade de posições-sujeito que apresentam diferentes imagens do gaúcho e diversas designações para esse sujeito. Exemplo disso são os relatos de viajantes¹¹ que, em sua maioria, são provenientes da Europa, revelando, em seus discursos, particularidades ideológicas e morais que aparecem na construção dos relatos que descrevem o gaúcho. Nesse discurso, coexistem saberes advindos de diferentes FDs, de diferentes sistemas culturais, onde a civilização europeia funciona como ponto de referência. Os viajantes têm um referente que se faz valer, que está sempre presente, apontando para as diferenças; tudo o que eles identificam como diferente ou exótico (às vezes incompreensível!) é em situação de comparação com o que se conhece em termos de Europa, de vida em sociedade organizada, com suas práticas sociais já instituídas, respeitadas e reproduzidas em larga escala. O discurso dos viajantes tem como índice organizacional as oposições entre barbárie e civilização, sempre estabelecendo uma distância segura entre o que é da ordem do certo e do errado, do positivo e do negativo, em que os povos civilizados funcionam como parâmetro e têm primazia sobre os nativos, ditos bárbaros; e sobre os grupos sociais marginais, ditos semibárbaros.

No entanto, compreendemos esse processo como “primeiras relações entre diferentes”, no qual as relações que se estabelecem, em diferentes momentos históricos, entre o gaúcho e o outro estrangeiro são relações sociais entre sujeitos diferentes que ocupam, cada um a seu turno, uma determinada posição no interior da FD na qual está inscrito prioritariamente. É desse lugar que cada um fala, que produz seu discurso – atravessado por outros discursos – e dá sentido às coisas do mundo, conhecidas e/ou desconhecidas. Quando o viajante relata suas impressões sobre o gaúcho, seu discurso e os efeitos de sentido que ele produz não são resultados de um processo puramente subjetivo, porque sofre a interferência de elementos que são exteriores ao sujeito e constituem sentido. Assim, também o discurso literário, que nos dedicamos a observar, conserva a interferência dos elementos exteriores, funcionando enquanto lugar de emergência dos “rumores” advindos do que é histórico e do que é mitológico,

¹¹ Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Trad. Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia.

revelando, no discurso ficcional, diferentes imagens de gaúcho, podendo reiterar efeitos de sentidos já pré-estabelecidos ou produzir efeitos outros que não os esperados.

É levando tudo isso em consideração que a heterogeneidade desse discurso emerge, enquanto espaço pleno em contradições, já que elementos próprios dos *discursos de* podem emergir a qualquer momento, em qualquer tempo e lugar, no bojo do *discurso sobre*, mesmo que este esteja instituído como tal (histórico, ficcional, oficial, etc.) em uma dada sociedade. Para ilustrar um pouco essa reflexão, propomo-nos a pensar nas relações que se estabelecem entre o *discurso sobre* e o *discurso de* quando abordamos a constituição de um imaginário social que revela faces do gaúcho no discurso histórico e no discurso literário. O fato é que estamos diante do *discurso sobre* o gaúcho, como já dissemos, produzido pelo outro, da perspectiva urbana (letrada); da mesma forma que não temos acesso ao *discurso de*, produzido por um gaúcho que viveu a história e contribuiu para a construção da figura mitológica que hoje conhecemos, aquele sujeito rude, rural, dito como “não civilizado” tem uma “história” que é contada pelo outro. Isso é inegável, no entanto, não podemos dizer que elementos do *discurso de* não retornem jamais, não irrompam onde menos se espera, não destoem no interior do *discurso sobre*, não tensionem as possíveis interpretações. Não há como controlar os movimentos de sentidos no interior dos discursos, já que a heterogeneidade é uma propriedade do discurso e os funcionamentos ideológicos não dependem da “vontade” de um sujeito ou de um grupo social. Embora o *discurso sobre* cumpra, reconhecidamente, seu papel homogeneizante, produzindo efeitos de sentidos naturalizáveis, é preciso considerar: a) o discurso como “indócil”; b) o sujeito como aquele dotado de inconsciente e que toma posição e se relaciona de modo singular com as formações ideológicas às quais está inevitavelmente assujeitado; c) as designações alternando-se entre si mesmas, produzindo diferentes sentidos; d) a língua como “inatingível”; e) o e o sentido como aquele que sempre pode ser outro.

3 OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDO: a paráfrase e a metáfora

Assim como podemos observar os modos de interferência da representação literária de FD militar no interior da FD gaúcha, podemos observar também a interferência da representação literária da FD dos estancieiros, pois em *Contos Gauchescos* é possível identificar o funcionamento de Formações Imaginárias que estabeleciam relações de igualdade entre os donos da terra (estancieiros) e os peões de estância (gaúchos), o que é muito diferente da realidade histórico-social. Assim, no discurso literário, as relações de produção entre patrões e empregados na área rural do RS aparecem funcionando sob a égide de Formações Imaginárias, representadas nesse discurso, enquanto relações de igualdade entre eles. A partir dessa representação, percebe-se que ambos tomam posições a partir da ilusão de estarem compartilhando os mesmos saberes, (a mesma ideologia) e que, portanto, estavam igualmente inscritos na FD gaúcha. Trata-se da representação de uma ilusão produzida pelas Formações Imaginárias, pois patrões e empregados, mesmo que se inscrevam em um mesmo domínio de saberes sempre estarão representando posições-sujeito diferentes, pois são afetados diferentemente pela ideologia, o que mantém a relação de desigualdade nesse espaço discursivo. Assim, não podemos nos deixar envolver pela representação de uma ilusão comum a fazendeiros e gaúchos, considerando que temos: o fazendeiro, de um lado, e o peão, de outro. Esses lugares, pré-determinados pelo estado de coisas, pré-determinados por algo muito maior já no âmbito do sistema capitalista em plena implantação e desenvolvimento na área rural. Assim, configuravam-se pela tomada de posição de cada um: o patrão como dominante e o empregado como dominado, no

interior das relações de classe, o que em um outro momento sócio-histórico vai emergir e ser representado também no discurso literário.

Para tratarmos dessas relações de força, estamos levando em conta que elas se realizam pela forma da contradição inerente à luta ideológica entre duas classes sociais antagônicas que não é “simétrica” (Pêcheux, 1995). De fato, cada classe tem uma forma própria de luta social e, portanto, não é no âmbito da categoria de “sociedade” que se estabelecem as lutas de classe, mas sim sob os domínios do “Estado” que funcionam “como espaço, como terreno dessa luta” (p. 147). É assim que acontece nas relações entre fazendeiros e gaúchos que, antes de constituírem uma sociedade, cumprem o papel social histórico e ideologicamente determinado. Em última instância, podemos dizer que é o Estado que distribui a terra de modo desigual, favorecendo o funcionamento das relações antagônicas e contraditórias entre patrões e empregados¹².

Ocorre, então, que assim como estamos trabalhando com representação literária de sujeito gaúcho e de FD gaúcha, estamos também trabalhando com representações das CP. São as representações literárias de CP que revelam, em meados do século XX, a imagem de um gaúcho que assiste ao desmonte das Formações Imaginárias que norteavam sua existência e diante desse desmonte já não consegue mais se identificar plenamente com a imagem de gaúcho que tinha de si mesmo. É a modificação desse quadro conjuntural que promove a produção de novos sentidos no interior da representação literária de FD gaúcha. É nesse momento que designações e sentidos, que antes eram interditados, começam a emergir, isso revela uma representação de sujeito gaúcho diferente, a representação de uma posição-sujeito que é ideológica e discursiva, promovendo um “acontecimento enunciativo”¹³, diretamente vinculado à expressão “gaúcho de a pé”.

Essa produção de novos efeitos de sentido nos interessa, de maneira especial, porque eles vão configurar a reestruturação do discurso sobre o gaúcho e a emergência do diferente no interior do mesmo, o que promove uma reconfiguração bastante importante deste domínio de saber. Diante da necessidade de apreensão dessas representações do mundo social que aparecem no discurso literário “sobre” o gaúcho, buscamos os processos de produção de sentidos no discurso como uma via de acesso a essas representações que nos ajudam a compreender a constituição do sujeito gaúcho nesse discurso.

Pêcheux & Fuchs (1993, p. 169-170) entendem que a produção de sentidos se dá via processos discursivos, dentre os quais destacam “as relações de paráfrase”, denominadas ainda “famílias parafrásticas” ou “matriz do sentido”. As relações de paráfrase coexistem no interdiscurso e vêm à tona conforme a inscrição do sujeito em uma FD ou outra. Ou seja, eles já apontam para a premissa de que o sentido não está inscrito, prioritariamente, em nenhuma FD, ele está no interdiscurso, o lugar onde estão virtualmente os sentidos. Eles estão lá, mas só vão significar ao se inscreverem em uma determinada FD e isso não depende de escolhas particulares do sujeito. Muito embora sujeito e sentido constituam-se no discurso a partir da necessária ilusão de que o sujeito é a “fonte do sentido”, é na relação de paráfrase que o discurso se efetiva como produtor de sentidos, porque é essa relação que mantém em movimento a cadeia discursiva, o que pode ser observado, mais especificamente, na horizontalidade própria do intradiscurso.

O fato é que o sujeito, como é concebido pela AD, acredita ser aquele que produz o novo, o factual, posicionando-se em um lugar onde seu discurso é o que

¹² Isso é constatado tanto na representação histórica quanto na representação literária a que tivemos acesso durante a pesquisa.

¹³ Indursky, 2002.

promove um acontecimento; é a FD que regula as relações desse sujeito com o discurso e, conseqüentemente, com o sentido, mesmo que o sujeito não se dê conta disso ao produzir seu discurso. Assim, muito embora saibamos que essa ilusão é necessária para a constituição do sujeito, sabemos também que, ao manifestar-se, o sujeito só se constitui como tal porque seu dizer se inscreve de alguma forma na ordem da repetibilidade, afetado pela ideologia e sob a égide de uma determinada FD, onde o já-dito aparece reformulado e estabelece relações de paráfrase no interior do discurso que o sujeito produz. É pela constante recorrência a referentes reconhecíveis que o sujeito, com o seu dizer, pode contribuir com a cristalização do sentido ou pode desencadear um processo de ressignificação do já-dito. Ou seja, pode-se promover a reiteração de sentidos, contribuindo com a institucionalização do *discurso sobre*, como se pode promover a irrupção de designações outras, sentidos outros, trazendo à tona elementos próprios ao *discurso de* que passam, quase que instantaneamente, a compor a cadeia estabilizada do *discurso sobre*, mas promove o movimento de sentidos e a heterogeneidade como constitutiva.

Já em Pêcheux (1995, p. 263), vamos encontrar a produção de sentidos “exclusivamente” associada às relações de metáfora, enquanto efeitos de substituição, paráfrases e formações de sinônimos das quais “certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem.” Assim, o processo parafrástico que nos interessa observar no interior da cadeia discursiva passa a ser visto como constitutivo das relações de metáfora, expandindo seu campo de atuação na produção de sentidos. Se até então a paráfrase estava associada à ordem do repetível e do já-dito, ao ser tratada como constitutiva das relações de metáfora, ela ganha um outro estatuto, pois, na análise das relações de metáfora, podemos nos deparar com rompimentos e instauração de sentidos outros que não os esperados. Dessa forma, o processo parafrástico de produção dos sentidos no discurso pode reiterar (atuando na instância do mesmo) ou transformar (atuando na instância do novo) os sentidos.

Embora Pêcheux não tenha se dedicado, especificamente, a discutir as possibilidades de emergência do diferente no interior das fronteiras de uma determinada FD, ao falar em relações de metáfora ele aponta para essa possibilidade, indicando novos caminhos para a evolução da teoria. Para Pêcheux, o lugar da metáfora não é exclusividade dos limites impostos por uma FD, já que “a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por uma região do interdiscurso” (1995, p. 263), podendo intervir de diferentes formas no interior de diferentes FDs.

Courtine (1981) propõe a reformulação da noção de paráfrase de Pêcheux, buscando sair do âmbito da estrutura sintática e acreditando que a paráfrase discursiva vai além de uma relação de substituição e sinonímia, ou seja, não se trata apenas de uma questão de identidade semântica. Pêcheux concebe a formação discursiva como um conjunto de regularidades que pode ser apreendido pelo analista de discurso e Courtine propõe que se observe as relações existentes entre regularidades de diferentes formações discursivas, modificando as relações de identidade, onde o diferente pode estar no interior do mesmo. Para Courtine, a paráfrase discursiva pode sair da homogeneidade, considerando possível a coexistência de “zonas discursivas heterogêneas” onde se localizam “processos discursivos inerentes a FDs antagônicas” (p. 97). Assim, em Courtine, encontramos a noção de paráfrase discursiva que suplanta as fronteiras da FD, expandindo as análises para o âmbito do interdiscurso.

É em um dos últimos trabalhos de Pêcheux (1999)¹⁴, onde ele discute o papel da memória, que aparece a questão da recorrência de um mesmo item lexical ou de um mesmo enunciado vinculado à metáfora e não apenas à paráfrase. Nesse texto, Pêcheux aponta para a possibilidade de “uma divisão da identidade material do item: sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva” (p. 53), inaugurando, nesse espaço discursivo, um lugar para o diferente no interior do mesmo, como “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (p. 53). Quanto às possibilidades de análise dos processos parafrásticos, não se trata de comparar ou contrapor paráfrase linguística e paráfrase discursiva, pois importa observar o funcionamento parafrástico das unidades linguísticas no discurso. Tais unidades constituem-se enquanto “marcas” linguísticas no interior da cadeia intradiscursiva que pode ser observada na superfície do discurso, como é o caso das designações.

Falar em paráfrase como constitutiva das relações de metáfora não imobiliza as possibilidades de se estabelecer relações existentes entre “matriz de sentido” e “fonte do sentido”, funcionando no interior mesmo do processo parafrástico. Pelo contrário, essas categorias nos ajudam a compreender como se instauram determinados efeitos de sentidos, ora reiterando ora rompendo com o já-dito. Assim, a primeira está associada, linguisticamente, a um deslizamento sobre a noção de literariedade; e, discursivamente, à parafrasagem que é atravessada pelo ideológico, na qual o sentido só é dominante quando inscrito numa FD, tendo como referente o dado, a estrutura. A segunda está associada à constituição do sujeito, pois não se pode separar a constituição de sujeito e de sentido no discurso. Nesse ponto é que funciona o esquecimento nº 1, proposto por Pêcheux, enquanto ilusão do sujeito de estar produzindo o sentido, de ser a fonte, de ser a origem do fato significante. Acreditando-se na fonte do sentido, o sujeito posiciona-se como aquele que rompe com o que está pré-estabelecido, acreditando-se como instaurador do novo, do diferente; não se dando conta de que o discurso que ele produz é resultado das relações de paráfrase.

Já em Orlandi (1996a), vamos encontrar uma retomada das noções de “matriz de sentido” e “fonte de sentido”, a partir das quais ela discute as relações entre homogeneidade e heterogeneidade pelo contraponto que estabelece entre as noções de paráfrase e de polissemia, enquanto dois processos fundamentais na linguagem, articulando através deles o mesmo e o diferente no discurso. Assim, há um jogo entre repetibilidade e ruptura, no qual paráfrase e polissemia se constituem mutuamente. As relações não são de exclusão, mas sim de dominância, pois elas estão postas em constante tensão.

A paráfrase e a polissemia, do ponto de vista da AD, constituem-se enquanto processos que resultam na produção de sentidos. Isso contribui muito para nossa reflexão posto que, dessa perspectiva, não se admite a existência de um “sentido literal” e de outros sentidos que derivem do primeiro. Não há um centro, há, sim, um efeito de sentido literal necessário para o controle da dispersão. Assim, a reflexão de Orlandi contribui para pensarmos na multiplicidade de sentidos possíveis, pois eles estão na ordem do interdiscurso e cada um vai realizar-se na FD em que se inscreve em um momento dado, enquanto efeito de sentido. Segundo Orlandi (1996a), “não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles” (p. 144). Essa margem é da ordem do

¹⁴ O original é de 1983.

interdiscurso e a possibilidade de um sentido sair da margem para vir ao centro para funcionar no discurso é via FD. Assim, os efeitos de sentido, cada um em seu tempo e lugar, passam da margem para o centro, deslocando-se dessa forma, sucessivamente, no discurso; o que implica tanto na reiteração de sentidos já instituídos quanto na ressignificação que instaura novos efeitos de sentido no interior do já-dito.

A FD, ao ser concebida como heterogênea, comporta o mesmo e o diferente, o que, para Orlandi, vai possibilitar um encaminhamento do parafrástico para o polissêmico. Esse polissêmico, por sua vez, é muito mais do que o diferente: é o processo que abre possibilidades outras no interior do mesmo. Orlandi estabelece as relações entre paráfrase e polissemia, vinculando à paráfrase “o mesmo” e à polissemia “o diferente”, mas é na tensão entre paráfrase e polissemia que se observa como se realizam “os movimentos de sentido”, no discurso. Assim, deparamo-nos com dois processos: um que prevê a homogeneidade da repetição e outro que prevê a heterogeneidade do diferente. A paráfrase é, então, um processo que pressupõe a pluralidade de sentidos, mas que determina a alternância deles conforme a FD na qual está inscrito o sujeito produtor de discurso, considerando que esse sujeito toma uma posição frente às CP de seu discurso, como já estava posto em Pêcheux (1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o retorno do mesmo marca a paráfrase e, ao refletirmos sobre o funcionamento das designações de gaúcho, no espaço discursivo ficcional, deparamo-nos também com o diferente, marcando a presença da metáfora (no sentido pecheutiano do termo). De fato, é difícil separar os elementos próprios de um *discurso de* no interior do *discurso sobre* o gaúcho, sobretudo quando estamos tentando reconstituir alguns traços próprios desse lugar de onde se fala “sobre” o gaúcho, sendo que, nas lacunas e nas saturações, podem emergir efeitos de sentidos outros que não os esperados. Acreditamos, portanto, que, embora a paráfrase realize um retorno ao mesmo espaço dizível, ela não funciona apenas reiterando sentidos já ditos, pois, quando isso ocorre, estamos nos deparando com um efeito de sentido de reiteração, um efeito de evidência (constitutivo, mas não único); bem como a noção de paráfrase não deve ser tomada em contraponto à de polissemia, pois opondo essas duas noções, mesmo em relação de tensão, estamos jogando para fora da paráfrase a possibilidade de produção de sentidos outros que não os esperados. É pela sutileza da forma de produzir sentidos, pela qual a paráfrase funciona, que ela nos interessa tanto, pois ao tratarmos das designações que são atribuídas ao gaúcho, estamos tratando de algo maior do que uma família parafrástica, pois estamos pensando em um conjunto de elementos que trazem em si mesmos a propriedade de reiterar e transformar (ressignificar) os sentidos já instituídos. É esse movimento que quisemos observar via parafraseagem discursiva, como aquele processo que comporta as relações de metáfora, vinculando a relação paráfrase/metáfora àquelas entre *discurso sobre* e *discurso de*.

Enfim, tudo o que foi dito até aqui nos remete à ideia de que: a paráfrase não se identifica com o dizer a mesma coisa com outras palavras, mas se identifica com a constituição de sentidos que podem ser diferentes. Trata-se de um processo que prevê a presença do um e do outro, em que sujeito e sentido constituem-se como elementos de uma formação discursiva heterogênea, na qual o mesmo e o diferente coexistem não só em relação de predominância ou de ressonância, mas, sobretudo, em relação de alteridade. O ressoar dos sentidos, então, expõe um pouco mais, ao olhar do analista de discurso, a relação de tensão constitutiva do *discurso sobre* que tenta abarcar “o diferente” do *discurso de*. É preciso compreender o discurso como algo capaz de

produzir ecos pela paráfrase, mas também capaz de produzir outros efeitos de sentido no interior do mesmo, comportando as relações de contradição.

REFERÊNCIAS

- COURTINE, Jean-Jacques Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adresse aux chrétiens. **Langages**, nº 62, Paris, 1981.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. Textualidade e enunciação. **Escritos**. N. 2: Ver e Dizer. Campinas, SP: UNICAMP, s. d. p. 03-12.
- _____. Sentido e acontecimento: um estudo do nome próprio de pessoa. **Revista Gragoatá**, 8. Niterói; RJ: EDUFF, 2000.
- INDURSKY, Freda. Do desdobramento à fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. **CD-ROM Síntese 2**. GT de Análise do Discurso, Anpoll, Porto Alegre, 2002.
- ORLANDI, Eni. **Terra à vista**. discurso do confronto, velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 1990.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** 2. ed. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.] **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-56.
- _____; FUCHS, Cathérine. A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-252.
- PETRI, Verli. Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. **Tese de Doutorado**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- _____. Algumas reflexões sobre discursividade, gramática e sintaxe. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 263-268.
- _____. Representação de posição-sujeito na análise do discurso literário: uma proposta de deslocamentos e suas implicaturas. In: MITTMAN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (Org.) **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 97-109.
- _____. Georges Canguilhem na e pela História das Idéias Linguísticas. In: SCHERER, A.; PETRI, V. (Org.) **Memorial em terceira pessoa**. (no prelo, 2009).

Obras literárias

- LOPES NETO, João Simões. **Contos Gauchescos**. (Nova Edição). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- MARTINS, Cyro. **Porteira Fechada**. 10. ed. Porto Alegre: Movimento, 1993.

